

Ofício Coletivo nº 01/2025

Recebido, 02/07/25


Brasília/DF, 2 de julho de 2025.

A sua Excelência a Senhora

Ministra Gleisi Helena Hoffmann

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR)

Palácio do Planalto – 4º Andar, Praça dos Três Poderes

Brasília/DF – CEP 70.150-900

Assunto: Solicitação de moratória temporária das ações ambientais repressivas e proposta de criação de Agenda Positiva para Regularização Fundiária, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Município de Boca do Acre/AM e região

Excelentíssima Ministra,

Os municípios que compõe a região sul do Estado do Amazonas, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a adoção de moratória temporária das ações ambientais repressivas suportadas neste momento, e bem assim a criação de Agenda Positiva interinstitucional voltada à regularização fundiária, à pacificação ambiental e ao desenvolvimento sustentável da região sul do Estado do Amazonas.

O histórico de formação dos municípios da região Sul do Estado do Amazonas, especialmente no que se refere as áreas de assentamentos rurais criados pelo Governo federal.

Para além disso, há também a criação de reservas ambientais estaduais e federais e áreas indígenas.

A ausência de continuidade efetiva de políticas públicas de regularização fundiária nas áreas de colonização pelo próprio INCRA, em que pese as promessas em anos anteriores.

A inexistência de compatibilização entre políticas ambientais, agrícolas e de assistência técnica com a realidade histórica, social, geográfica e produtiva do município dos municípios da região Sul do Estado do Amazonas.

Em alinhamento com os princípios da razoabilidade administrativa, da função socioambiental da propriedade, da justiça agrária e da dignidade da pessoa humana, conciliando produção e proteção ambiental em um modelo de transição ordenada e dialogada, os municípios da região Sul do Estado do Amazonas propõe a adoção da seguinte **Agenda Positiva**:

MEDIDAS PROPOSTAS

1. Moratória temporária de 12 (doze) meses sobre ações repressivas ambientais, enquanto se estrutura um modelo técnico-negociado de regularização fundiária e ambiental;
2. Criação de Comitê Local de Regularização e Sustentabilidade, com participação de associações, sindicatos, secretarias municipais do meio ambiente, produção, câmara de vereadores, técnicos ambientais, juristas e representantes da sociedade civil;
3. Solicitação oficial de Mesa de Diálogo Interinstitucional;
4. Solicitação de audiência com representantes do IBAMA, MMA, IPAAM, SEMA, INCRA, e Conselho Estadual do Meio Ambiente, com a presença de representantes de Sindicatos, das Prefeituras, da Câmara Municipal, Do Ministério Público, dos respectivos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e representantes da sociedade civil organizada;
5. Implantação de Programa de Tecnificação da Produção Agropecuária, com foco da produção sustentável, com apoio técnico de entidades como EMBRAPA, IDESAM, SENAR, IDAM, SEPROR, SEMPA, SEMMA e SEAGRO;

6. Formulação de Agenda de Regularização Ambiental e Fundiária com metas claras, prazos definidos e critérios técnicos, com estímulo à recuperação ambiental, que considere o desenvolvimento econômico e social de cada município da região Sul do Estado;
7. Realização de audiências e oficinas com os Produtores para formação Ambiental e adesão aos projetos de regularização.

A proposta visa mitigar o desmatamento, ampliar a produtividade sem expansão territorial e criar condições reais de adequação legal.

Pedimos especial atenção à realidade logística, fundiária e social dos municípios, e que se reconheça o esforço coletivo de regularização como vias mais eficazes e justas do que ações punitivas isoladas.

PROPOSTA DE AGENDA POSITIVA PARA REGUIARIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE PARA OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO AMAZONAS

1. Formação do Comitê Local de Regularização e Sustentabilidade:

Composição:

- Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Cada Município da Região Sul do Estado do Amazonas;
- Secretarias Municipais de Produção e Abastecimento - SEMPA
- Câmaras Municipais de Vereadores;
- Sindicatos Rurais do Sul do Amazonas;
- Representantes da Sociedade Civil (associações e cooperativas)

2. Solicitação de Mesa de Diálogo Interinstitucional:

Oficializar audiência entre o comitê local e instituições estaduais e federais abaixo relacionadas:

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas – IDAM
- Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR
- Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
- Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM
- Ministério Público do Estado do Amazonas - MPE
- Ministério do Meio Ambiente - MMA
- Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Implementação de um Programa de Tecnificação da Agropecuária voltada para a maior sustentabilidade na produção.

Elaboração de um programa com o objetivo de planejar ações com foco na implantação de tecnologias de produção mais sustentável, regularização fundiária e ambiental, desenvolvimento de cadeias produtivas que agreguem maior lucratividade por unidade de área, estruturando os incentivos financeiros e logísticas do comércio para a aquisição de insumos e comercialização da produção.

Com base nisto, algumas ações podem ser desenvolvidas:

- Pastejo Rotacionado com a devida correção e adubação do solo;
- Integração lavoura, pecuária e floresta – ILPF;
- Confinamento e semiconfinamento de bovinos;
- Licenciamento de atividades de produção agrícola de grãos, principalmente de soja e milho, para fomentar a produção interna da ração e reduzir custos de produção de proteínas mais lucrativas, como a suinicultura e avicultura;

- Identificação ativa e apoio técnico às propriedades aptas a regularização fundiária e ambiental;
- implantação de projetos de incentivo e apoio financeiro a recomposição florestal de áreas embargadas por desmatamento ilegal;
- Formalização de acordos de cooperação técnica entre órgãos fundiários e ambientais para a celeridade nos processos de regularização;
- Acessar o direito de redução de reserva legal para 50% buscando apoio político para a implementação das etapas necessárias e utilizando como argumentação o percentual de unidades de conservação dentro do respectivo município;
- Fortalecimento da cadeia produtiva da suinocultura, avicultura, café, cacau, guaraná, oleicultura, leite mel, castanha, açaí, óleos essenciais e plantas medicinais e outras culturas menos impactantes;
- Atuação técnica e política com a finalidade de aumentar os percentuais de arrecadação de cada município, referentes as concessões florestais públicas para o manejo e projetos de crédito de carbono em unidades de conservação florestal e estadual, a fim de fomentar projetos sustentáveis;
- Intensificação das ações de educação ambiental e capacitação técnica e jurídica dos produtores rurais e população em geral quanto a legislação fundiária e ambiental vigente e técnicas produtivas sustentáveis;
- Estruturação de um centro de zoneamento e monitoramento na SEMMA com a formação de um sistema de gerenciamento de dados geoespaciais informatizado para melhorar a classificação e gestão das áreas prioritárias para as ações de preservação recuperação regularização, etc.;

- Regulamentação do Fundo Municipal do Meio Ambiente das respectivas prefeituras e priorização de recursos para a implementação das ações do plano;
- Organização das ações previstas em um cronograma para facilitar o acompanhamento das ações e previsão de relatórios periódicos a fim de divulgar os resultados obtidos;
- Cadastramento e certificação Verde de propriedades que desenvolvem atividades produtivas de baixo impacto e sustentáveis e criação de mecanismos de incentive fiscal e financeiro, a fim de valorar estas iniciativas e incentivar o use consciente dos recursos naturais;
- A regularização e licenciamento da exploração mineral local de insumos para a correção e adubação de solos, tal como o fósforo e o calcário, reduzindo os custos e aumentando a produtividade por unidade de área;
- Melhoria da infraestrutura logística para a importação de insumos e exportação da produção;
- Apoio a estruturação e fortalecimento das associações e cooperativas locais.

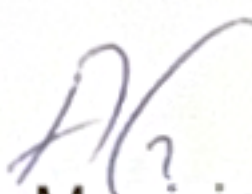
A presente proposta busca compatibilizar os direitos dos produtores, os interesses ambientais e a presença do Estado na região, criando um ciclo virtuoso de legalidade, sustentabilidade e desenvolvimento regional.

O apoio e coordenação da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República será fundamental para garantir que esse plano seja implementado de forma federativa, dialogada e eficaz.

Respeitosamente,



Prefeito Municipal de Boca do Acre/AM



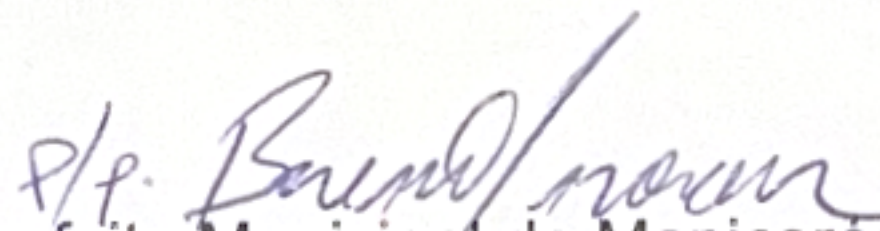
Prefeito Municipal de Humaitá/AM



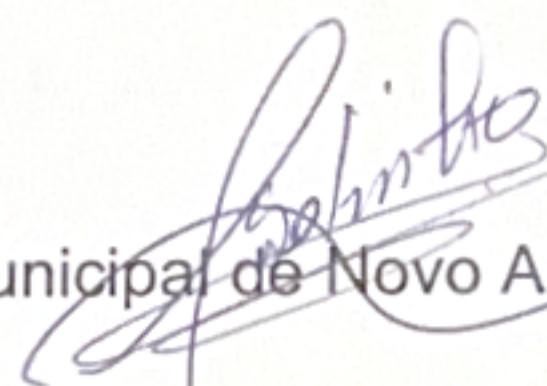
Prefeito Municipal de Lábrea/AM



Prefeito Municipal de Canumata/AM



Prefeito Municipal de Manicoré/AM



Prefeito Municipal de Novo Aripuanã/AM



Prefeito Municipal de Apuí/AM



Prefeito Municipal de Tapauá/AM